

Sumário

Apresentação, xi

Prefácio, xiii

1 Considerações Iniciais, 1

1.1 Apresentação do tema, 1

1.2 Diferentes concepções da ordem pública, 5

2 Ordem Pública e Direito Material, 14

2.1 Autonomia da vontade, direitos disponíveis e sua limitação pela ordem pública, 14

2.2 Ordem pública e os direitos indisponíveis, 17

2.3 Aplicação imediata das leis de ordem pública, 21

2.4 O alargamento do campo de atuação da ordem pública de direito material, 25

2.5 Hipóteses de questões de ordem pública no direito material, 26

2.6 O tratamento processual das questões de ordem pública de direito material: impossibilidade de alteração do objeto do processo, 33

3 Ordem Pública e Arbitragem, 41

3.1 Arbitragem como método de solução de conflitos e o princípio do favorecimento da arbitragem, 41

3.2 Ordem pública e arbitragem, 44

3.3 Arbitragem nacional, 46

3.3.1 O controle judicial sobre as sentenças arbitrais com fundamento na violação à ordem pública, 47

3.4 Arbitragem internacional: A violação à ordem pública como motivo para negar a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras, 51

- 3.4.1 Distinção entre ordem pública nacional e internacional, 53
- 3.4.2 A homologação das sentenças arbitrais estrangeiras perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, 57

4 Ordem Pública e Processo, 63

- 4.1 O controle da matéria de ordem pública como atividade inerente da jurisdição, 63
- 4.2 Interesse público como elemento central na definição das matérias de ordem pública processual, 66
- 4.3 A instrumentalidade do processo como método e sua aplicação às questões de ordem pública, 69
- 4.4 Impossibilidade de reconhecimento de questões de ordem pública sem observância prévia do princípio do contraditório, 70
- 4.5 As modalidades da ordem pública processual, 75
 - 4.5.1 Condições da ação, 76
 - 4.5.2 Pressupostos processuais, 80
 - 4.5.3 Nulidades processuais, 84
- 4.6 “Princípio da prevalência da decisão de mérito”: proposta de aplicação às matérias de ordem pública, 94
- 4.7 Proposta de conceituação da ordem pública processual, 104

5 Relação entre Ordem Pública Processual e Cognição Judicial *Ex Officio*: Meios de Arguição das Questões de Ordem Pública, 107

- 5.1 Meios de arguição da matéria de ordem pública, 107
- 5.2 Questões de ofício que não configuram matéria de ordem pública, 110
- 5.3 Questões de ofício que configuram matéria de ordem pública, 115
 - 5.3.1 Objeções substanciais, 115
 - 5.3.2 Objeções processuais, 119
- 5.4 Questões materiais que o juiz não pode conhecer de ofício: as exceções substanciais, 120
 - 5.4.1 Especificamente a questão da prescrição e o novo artigo 219, § 5º, 122
- 5.5 Questões processuais que o juiz não pode conhecer de ofício: as exceções processuais, 127
- 5.6 Exceções rituais e ordem pública, 131

6 Aspectos Procedimentais da Ordem Pública Processual, 136

- 6.1 Considerações introdutórias, 136
- 6.2 Aspectos procedimentais em primeiro grau de jurisdição, 139
- 6.3 Aspectos procedimentais nas vias recursais ordinárias, 151
 - 6.3.1 Requisitos de admissibilidade dos recursos, 159

- 7 Matéria de Ordem Pública e Preclusão, 164**
 - 7.1 Reconhecimento das questões de ordem pública “em qualquer tempo e grau de jurisdição” (artigo 267, § 3º), 164
 - 7.2 Momento processual adequado para o exame da matéria de ordem pública, 167
 - 7.3 Posições doutrinárias sobre a ocorrência de preclusão quanto às matérias de ordem pública, 169
 - A) A decisão sobre matéria de ordem pública é passível de preclusão, 170
 - B) A decisão sobre matéria de ordem pública não é passível de preclusão, 174
 - 7.4 Ordem pública e preclusão: proposta de interpretação sistemática, 176
- 8 Matéria de Ordem Pública e Coisa Julgada, 183**
 - 8.1 Contornos gerais do instituto da coisa julgada, 183
 - 8.2 Coisa julgada como técnica voltada à segurança e estabilidade das relações jurídicas, 187
 - 8.3 Coisa julgada como sanatória geral, aplicável às questões de ordem pública, 190
- 9 Recursos Parciais e Questões de Ordem Pública Relativas a Capítulos Não Impugnados da Sentença, 193**
 - 9.1 Considerações iniciais, 193
 - 9.2 Capítulos de sentença, 194
 - 9.3 Capítulos não recorridos, coisa julgada e questões de ordem pública, 200
 - 9.3.1 Obrigatoriedade de anulação total da sentença, por força do “efeito translativo” dos recursos: análise crítica, 201
 - 9.3.2 Formação gradual da coisa julgada, 204
- 10 Ordem Pública e Recursos Excepcionais, 211**
 - 10.1 Considerações iniciais, 211
 - 10.2 Os recursos excepcionais e sua função no ordenamento, 214
 - 10.3 Preliminares do recurso e preliminares da causa: juízo de admissibilidade como antecedente necessário ao exame da matéria de ordem pública dos recursos, 217
 - 10.4 Pressupostos específicos de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, 219
 - 10.5 Dinâmica do efeito devolutivo nestes recursos, 224
 - 10.6 Objeto da cognição dos Tribunais Superiores nos recursos excepcionais: relevância da dimensão vertical (fundamentos do recurso) do efeito devolutivo, 229
 - 10.7 Impossibilidade do exame de matéria de ordem pública que não seja objeto do recurso, 235
- 11 Conclusões, 239**

Referências Bibliográficas, 247

- 7 Matéria de Ordem Pública e Preclusão, 164**
- 7.1 Reconhecimento das questões de ordem pública “em qualquer tempo e grau de jurisdição” (artigo 267, § 3º), 164
 - 7.2 Momento processual adequado para o exame da matéria de ordem pública, 167
 - 7.3 Posições doutrinárias sobre a ocorrência de preclusão quanto às matérias de ordem pública, 169
 - A) A decisão sobre matéria de ordem pública é passível de preclusão, 170
 - B) A decisão sobre matéria de ordem pública não é passível de preclusão, 174
 - 7.4 Ordem pública e preclusão: proposta de interpretação sistemática, 176
- 8 Matéria de Ordem Pública e Coisa Julgada, 183**
- 8.1 Contornos gerais do instituto da coisa julgada, 183
 - 8.2 Coisa julgada como técnica voltada à segurança e estabilidade das relações jurídicas, 187
 - 8.3 Coisa julgada como sanatória geral, aplicável às questões de ordem pública, 190
- 9 Recursos Parciais e Questões de Ordem Pública Relativas a Capítulos Não Impugnados da Sentença, 193**
- 9.1 Considerações iniciais, 193
 - 9.2 Capítulos de sentença, 194
 - 9.3 Capítulos não recorridos, coisa julgada e questões de ordem pública, 200
 - 9.3.1 Obrigatoriedade de anulação total da sentença, por força do “efeito translativo” dos recursos: análise crítica, 201
 - 9.3.2 Formação gradual da coisa julgada, 204
- 10 Ordem Pública e Recursos Excepcionais, 211**
- 10.1 Considerações iniciais, 211
 - 10.2 Os recursos excepcionais e sua função no ordenamento, 214
 - 10.3 Preliminares do recurso e preliminares da causa: juízo de admissibilidade como antecedente necessário ao exame da matéria de ordem pública dos recursos, 217
 - 10.4 Pressupostos específicos de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, 219
 - 10.5 Dinâmica do efeito devolutivo nestes recursos, 224
 - 10.6 Objeto da cognição dos Tribunais Superiores nos recursos excepcionais: relevância da dimensão vertical (fundamentos do recurso) do efeito devolutivo, 229
 - 10.7 Impossibilidade do exame de matéria de ordem pública que não seja objeto do recurso, 235
- 11 Conclusões, 239**

Referências Bibliográficas, 247